

---

## O UNIVERSAL E O LOCAL NAS LITERATURAS AFRICANAS: UMA DICOTOMIA SEM SUPORTE

Inocência Mata  
Universidade de Lisboa – Portugal

(...) em África, por enquanto, o escritor é um interprete do povo donde ele vem.

Bernard Bilin Dadié

**RESUMO:** Este texto pretende discutir a perversa oposição que muitos críticos – geralmente da crítica jornalista – estabelecem entre “local” e “universal” na literatura africana, rotulando como local aquele escritor que traz para a cena literária as urgências da sociedade em que vive. Este pensamento maniqueísta talvez decorra do fato de muita crítica da literatura africana se fazer, ainda, por via de mediações do “centro” que, em rigor, continua a funcionar como “centro metropolitano” e a quem convém a rarefacção (ou desvanecimento) do real histórico. O texto considera um equívoco crítico o estabelecimento de qualquer oposição disjuntiva entre o universal e o local, propondo antes uma articulação conjuntiva de efeito dialético em que o solapamento (ou ultrapassagem) do local gera, pela dinâmica da significação simbólica, o universal. Cabe ao crítico literário, cujo exercício é inseparável das suas opções ideológicas, e também como partícipes de uma memória do sistema literário, para iluminar os sinais de uma identidade que se quer inscrita na agenda da literatura universal nas segmentais identidades civilizacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalística, literatura africana, escritor, universal, local.

**ABSTRACT:** The purpose of this topic is to discuss the perverse contrast that many critics – usually from journalistic criticism – emphasize towards “local” versus “universal” in African literature, labelling as local those writers who bring up to the literary scene the urgency of the society where they live. This deceiving reflection is probably derived from the fact that many criticisms about African literature are still done through the “centre” which is rigorously a continuation of “centre metropolitan” to whom the rarefying for vanishing of the real history is convenient. This text considers, as an equivocal criticism, the recognition of any disjunctive opposition between “universal” and “local”, proposing instead a joint articulation of a dialectic effect in which the undermining (or surpassing) of the “local” generates the “universal” by the dynamic of symbolic interpretations. It is up to the literary critic, whose exercise is inseparable of his

ideological options as well as a participant of the memory as a literary system, to illuminate the signals of national identity, which is aimed to be in the agenda of the universal literature in its segmental civilizing identities.

**KEY-WORD:** Journalistic, african literature, writer, universal, local.

Estudiosos latino-americanos – e penso particularmente nos brasileiros tais como Alfred Bosi, Antonio Candido, Afrânio Coutinho, Roberto Schwartz, nos peruanos Antonio Cornejo Polar e Antonio Coelho Rodríguez, nos cubanos Jorge Emílio Rodríguez e Rogério Rodríguez Coronel ou nos mexicanos Mario Valdés e Rubén Lazano-Herrera, entre muitos outros – consideram, nas entrelinhas das reflexões, que o estudo do lugar de cada obra ou estética literária é também uma reflexão sobre o percurso cultural de uma geração. Quer dizer o adentramento crítico da literatura é também o veículo para o conhecimento da aventura histórica de um grupo, de uma geração, de uma comunidade, de um povo: por exemplo, o trabalho de críticos como Alfredo Margarido, Mário Francisco de Andrade ou José Tenreiro revela os anseios e cumplicidades de uma geração e as tensões de um tempo ideologicamente não contemporâneo à espaço-temporalidade da realidade literária que falavam, por exemplo, outros críticos seus contemporâneos como Amândio César ou Rodrigues Júnior. Por isso, ao considerar que “ a literatura é a produção social, parte integrante de uma realidade e de uma história nunca neutras” (Polar, 2000: 20), Polar não pretendeu a sociologização do conhecimento da literatura, senão propor um método crítico que pudesse equacionar as mutações estéticas, tanto do ponto de vista de um enfoque sincrônico, vertical, como horizontal, portanto histórico. E isso sem pressupor qualquer regra ou preceito apriorístico, do tipo *dever-ser* da imitação aristotélica aplicada à criação literária numa sociedade prenhe de precariedades, tal como são hoje as literaturas africanas. Esta talvez seja uma das razões pelas quais é mais freqüente uma obra mais “realista” provocar mal-estar sócio-político (como o que terá acontecido em Luanda com o romance **A Geração da Utopia**), na medida que mais facilmente são convocados, na sua leitura, resquícios de demandas de exclusão e reflexos de uma ortodoxia ideológica aplicada à literatura.

Se comecei por percorrer ao exemplo latino-americano, pela natureza emergente das literaturas latino-americanas - embora exista uma grande diferença de grau entre estes sistemas e os nossos Cinco e, particularmente o angolano -, tal se deveu ao facto de as literaturas dos países da América Latina possuírem uma crítica endógena já “tradicional” de onde emanam as figurações fundacionais da instituição literária, com nomes como os que já citei e a que acrescentaria outros como os do emblemático Angel Rama, de Walter Mignolo, Ana Pizarro, Beatriz Sarlo, Silviano Santiago, Benjamin Abdala Junior, Eduardo F. Coutinho, entre tantos outros autores de

uma sólida teorização literária a partir de realidades latino-americanas, num movimento de luta contra a hegemonia do cânone ocidental, tanto do ponto de vista da criação como da crítica.<sup>1</sup>

Ora, tal não acontece com Angola, por exemplo. Salvo raras excepções, sabemos todos que a literatura angolana, ou moçambicana, projecta-se ainda em grande parte através da crítica que é feita de fora, sobretudo de Portugal e do Brasil, e que, como a crítica em qualquer parte, tem um efeito cumulativo na configuração do sistema e na institucionalização literária. É que a crítica é uma instância fundamental da instituição literária e, portanto, de legitimação da literatura, como o são o público, os jornais, as editoras, os prêmios e a universidade com os seus elencos curriculares. Pode ser tão perverso esse processo de institucionalização que não é raro encontrar-se quem considere que as editoras portuguesas apenas publicam os bons escritores - o que é uma enormidade em termos de desqualificação do que é produzido e publicado em África: aqueles que não são publicados na "metrópole", é *porque não são bons*!<sup>2</sup> Aqui a chancela está a ser erigida a principal instância de legitimação literária.

Ora, na verdade, em relação ao processo de consolidação dos sistemas literários africanos nas três décadas que se seguiram à independência política, tal sujeição a critérios editorialistas (ainda) "metropolitanos" denuncia um retrocesso no processo de construção de uma identidade literária. Por isso que quando, há anos, um escritor angolano porventura mais precipitado no jogo social (por razões que aqui não interessam) afirmou que escrevia primeiramente para brasileiros e para portugueses<sup>3</sup>, tal afirmação incomodou muitas consciências, a minha incluída; porém, talvez com menos emoção e mais distanciamento valesse a pena desvelar as implicações ideológicas da semiose de obras de quem assim fala, pois o lugar do receptor, isto é, da comunidade leitora é um dos fundacionais da nacionalidade literária. Esta é uma questão consensual entre filósofos da linguagem e da comunicação literária como Mikhail Bakhtin, Hans Robert Jauss, Jacques Derrida e Roland Barthes - todos provenientes de horizontes teóricos diferentes mas que convergem neste ponto: quem lê "ilumina" quem escreve! Por isso, todos sabemos também da perversidade de uma noção como "universal", que a crítica externa, sobretudo certa crítica mais jornalística, quer colar ao de qualidade - sendo que "universal" quer dizer, no contexto, rasura do "local": isto é, da representação ou (re-) apresentação das diferenças culturais e

---

<sup>1</sup> Nota-se, no entanto, que muitos destes críticos são professores em Universidades do "centro", particularmente nos Estados Unidos e no Canadá.

<sup>2</sup> Dois momentos em que esta idéia foi sugerida e, até, explícita: numa mesa-redonda realizada no dia 7 de dezembro de 2000 na faculdade de letras da Universidade de Lisboa, o alemão "Lonha", interpelou directamente Zeferino Coelho, da Editorial Caminho, sobre a questão; outrossim, no dia 02 de Setembro de 2003, quando do lançamento dos dois volumes de actualização do **Dicionário de Literatura**, de Jacinto Prado Coelho e de **Máximas Mínimas**, de Suffit Kitab Akenat (São Paulo, Landy Editora 2003) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pires Laranjeira expressou a mesma idéia - emendando, em seguida, o caminho face a uma constatação minha.

<sup>3</sup> Refiro-me a Davi Mestre, numa entrevista a José Eduardo Agualusa no Jornal **Público** (1997)

vivenciais de cada (micro) universo e atenção à situação actual desse universo, pois em “em África , por enquanto, o escritor é um intérprete do povo donde ele vem” (Dadié, 2002: 14). Convém lembrar, a quem pensa em tal oposição, o que diz Alfredo Margarido, no seu livro **A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses**: que “o conhecimento vive de trocas, que superam constantemente as fronteiras das autarcias” (2000: 84).

Autarcias literárias também. Com efeito, alguns críticos da literatura africana dizem ser a incapacidade de a escrita africana se desvincular da realidade, geralmente precária, uma das suas grandes fragilidades. Daí o facto de, não raro, se fazer coincidir universal com rasura de especificidade – como se pudesse celebrar a universalidade de García Márquez ignorando a sua *colombianidade!* - ou de, frequentemente, se celebrar um poeta como universal pela ausência de “chão” na sua poesia, poder ser tanto moçambicana como austríaca - e os actuais comentários à obra do recente Nobel da Literatura , J. M. Coetzee esta questão foi reeditada, sobretudo na comparação com a sua compatriota Nadine Gordimer<sup>4</sup>... E tais reflexões faço-as tendo no horizonte a contenção que Machado de Assis, ao falar de “instinto de nacionalidade”, aconselha, porém, a que não se estabeleçam “doutrinas absolutas” que empobrecem a literatura, não obstante o próprio Machado estivesse convencido - e eu com ele - de que “não dúvida de que uma literatura sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se de assuntos que lhe oferece a sua região” (Assis, 1995: 135). Ora, perseguindo estas reflexões, feitas num tempo (século XIX) em que a literatura brasileira já era muito mais “adulta” do que as “nossas” africanas, julgo tratar-se de um equívoco crítico estabelecer uma oposição disjuntiva entre o universal e o local, antes uma articulação conjuntiva de efeito dialéctico em que o solapamento do local gera, pela dinâmica da significação simbólica, o universal.

Para além disso, creio que outro factor que talvez explique essa ideia de universalidade seja o facto de, não raro, se fazer coincidir universalidade com difusão (o que tem acontecido cada vez mais nesta era da globalização” em que o efêmero se vem tornando um valor absoluto): o que não se conhece não existe (tal como acontece com os actuais escritores são-tomenses e escritores guineenses) e o que tem como suporte de divulgação instrumentos mediáticos acaba por se tornar “universal”, ainda que a comunidade a que a obra se reporta (mesmo se ela já não é pensada como receptora) não se identifique e não partilhe os sinais que se pretendem conformadores da sua imagem, seja por mediação simbólica, alegórica ou

---

<sup>4</sup> Atende-se, por exemplo, no seguinte comentário de José Eduardo Agualusa a propósito do escritor sul-africano J. M. Coetzee, Prémio Nobel da Literatura 2003: “ Coetzee ultrapassou os interesses dele e da África do Sul. Normalmente, os escritores ocidentais escrevem sobre tudo e os africanos escrevem sobre a sua quinta, África. Coetzee recusou isso: a matéria dele é tudo” In Vanessa Rato, “Coetzee, o bóer que critica o sistema”, **Destaque - Público**, 3 de Outubro de 2003, p.2.

ideológica: será assim, universal um poeta francês porque é mais divulgado do que um angolano e não porque a (in) temporalidade e a significação simbólica da sua poesia sejam mais *transhistóricas* ou mais extensivas em França do que a do angolano em Angola; assim como tem sido mais “universal” um escritor angolano publicado fora das fronteiras angolanas e com mais arranjo mediático do que aquele outro que fala da situação actual do seu universo, sem celebrar as categorias sagradas da pós-colonialidade e da multiculturalidade global e cuja editora é angolana e, portanto, com menos poder de penetração nos *media* no exterior. Não posso deixar de lembrar Aijaz Ahmad quando ele fala de “fascismos raciais” e de “culturas das burguesias nacionais das chamadas ‘sociedades pós-coloniais’” (2002: 11), para concluir que “o nacionalismo não tem uma ideologia pré-determinada e que o conteúdo de qualquer nacionalismo é determinado pelos agentes sociais que dele se apoderam e mobilizam seus poderes interpelativos no processo de luta por hegemonia nos campos políticos e cultural”. (2002: 12)

Nos meandros da crítica da literatura angolana há outra perversidade que tende a *naturalizar-se*: é a obsessão judicativa. Muito se fala da qualidade literária das obras que vêm sendo – e ainda bem! – publicadas em Angola! Como se em outros espaços, o português também, todas as obras publicadas fossem de qualidade! Porém, nem por isso os “críticos juízes” se perdem em discursos (des)valorativos! Esse desassombro com que determinados autores da crítica jornalística exercem a **sua** actividade judicativa, legítima enquanto apenas opinativa, em relação a livros que muitas vezes não leram (assunto a que já fiz referência em outro lugar)<sup>5</sup>, para além de revelar a arrogância de quem faz, revela também o desconhecimento de uma das distinções básicas dos Estudos Literários que é a distinção entre juízo e julgamento: o juízo é uma avaliação decorrente de uma cadeia demonstrativa, enquanto julgamento é uma apreciação subjetiva, baseada numa relação pessoal - de prazer ou desprazer, ou outro qualquer critério pessoal, legitimamente válido no caso: relação pessoal entre o leitor e a obra. Ora, como lembra o escritor sul-africano Lewis Nkosi, diferentemente do “escrito criativo”, o crítico tem de funcionar sem “imunidade diplomática” (1997: 42). Não pode, no entanto, essa impressão primeira servir de critério para uma sentença desqualificatória do valor literário da obra. Pode, isso sim, servir de base para um apreciação do tipo *li o livro e não gostei por estas razões*. Ademais, para além de a literalidade não ser um valor absoluta e exclusivamente intrínseco ao texto, uma obra tem outras funções para além da estética: tal são os casos da obra de Kalungano (moçambicano), de Vasco Cabral (guineense) ou

---

<sup>5</sup> Leia-se minha crônica intitulada “Os limites da crítica jornalística”, lida na RDP-África, no dia 12 de dezembro de 2002, a propósito do programa **Debate Africano** (RDP-Africa) moderado por David Borges e radiofundido no dia 8 de dezembro de 2002 e em que Luís Carlos Patraquim um dos residentes do programa, fez comentários demeritórios a livros que ainda não tinha lido, publicados em Luanda referidos por Maria Alexandre Dáskalos como um sinal de revitalização da vida cultural angolana.

mesmo do António Ferreira dramaturgo (português quinhentista) - se inserirmos estes autores no seu contexto e na sua contemporaneidade relacional.

Outrossim, mais sério ainda, tal actividade de desqualificação apriorística tem a ver como o facto de a leitura dessas literaturas estar condicionada pelo espartilho do cânone literário, tido não como referencia, o que seria compreensível e desejável, mas como norma e modelo. É disso que fala J. M. Coetzee numa reflexão sobre a literatura do seu país, reflexão que julgo adaptar-se ao caso angolano, sobretudo na questão - que não pretendo discutir- que remete inevitavelmente para o conceito de "literatura nacional":

*I'm suspicious of lines of division between a European context and a South African context, because I think our experience remains largely colonial (...) Our literary products are flown to the metropolitan centre and reexported to us from there at a vastly increased price. (...) That very fact should give people pause before they start talking about a South African Literature.*  
(COETZEE, 1978)

Do que Coetzee fala é do condicionalismo das literaturas africanas em línguas originariamente europeias: sendo legitimadas com base numa crítica estrangeira - mormente europeia, da antiga metrópole - pensam-se dentro de um sistema que é legado branco-ocidental e em formas em que têm de ser vazadas quaisquer experiências africanas. Pensamento que o beninense Noureimi Tidjani Serpos expõe da seguinte forma:

*(...) quand l'écrivain africain se met à produire, consciemment ou non, il est déjà sommé d'identifier sa pensée dans les formes idéologiques appelées roman, théâtre, etc. Peu importe, semble-t-il, que sa culture ait connu ce genre de différenciations littéraires ou non.* (SERPOS, 1994: 8)

Este é um condicionamento, inconsciente e porventura inevitável, a que está submetido o escritor africano. Isto é, um romance africano pode acabar por ser lido a partir de um horizonte cuja escala de valor relva de outros modelos literários, quase sempre de matriz euro-americana. A "nossa" cultura literária é, pois, primordialmente, ocidental, porventura uma situação inevitável mas nem por isso de aceitação incondicional. O queniano Ngugi Wa Thiong'o alia a obediência ao cânone - a que ele chama, na sua reflexão sobre a "política do cânone", " a pureza da civilização ocidental" concentrada, no campo literário, em Shakespeare - a outro aspecto: as constantes omissões da história relacionadas como o colonialismo, os momentos de

repressão e o neocolonialismo, em debates sobre a constituição da modernidade e da pós-modernidade (1997: 3). Mas a respeito dessa “obediência” outra voz autorizada se levanta para desnudar: a do professor português Carlos Reis, numa nota de roda pé - o que revela que essa informação é, para o autor, meramente suplementar, mas que eu elevo a tópico importante para as minhas reflexões:

*Não é raro encontrar-se ainda, na comunidade acadêmica portuguesa, uma mal disfarçada resistência contra o reconhecimento do significado próprio das chamadas Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa; fruto, em parte, de reminiscências ideológicas de raiz colonialista, essa resistência funda-se também na leitura de tais literaturas à luz do cânone literário português e europeu, leitura que, desse ponto de vista, é naturalmente desqualificadora. (Reis, 1995: 77)*

As resistências a que se refere o professor coimbrão, e que eu prefiro chamar perversidades, sustentam – ou acompanham – essa dinâmica da periferia para o centro, com retorno, gerando um movimento em que os escritores olham para fora para serem legitimados, num processo legítimo, se se pensar em cada escritor individualmente, uma vez que as estruturas da instituição literária são ainda rudimentares nos seus países, tanto pela sua natureza ambígua quanto pela insipiência do seu estatuto como centro irradiador de saber e conhecimento. É que tal impulso para um reconhecimento externo em primeiro lugar é ditado não apenas pela perversa dinâmica da globalização que tende a funcionar, devido às fragilidades dos espaços periféricos, como imperialismo cultural, mas também pelo facto de a experiência literária angolana continuar a ser “largamente colonial”. Pode falar-se, então, de um sistema que ainda comporta relações ambíguas ora de aceitação ou assimilação de *lugares* estéticos, ora de rejeição ou discriminação de seus agentes. A crer na contradição como condição de equilíbrio de um corpo e de qualquer sistema há algum tempo (década e meia, digamos) este tópicos e temáticas começam a enunciar uma problematização dos conflitos e das diferenças nas suas disposições explicativas. Lembro, por exemplo, o facto de alguns escritores africanos e não preciso de sair de Angola ou de Moçambique - fazerem mais sucesso fora (em Portugal e no Brasil, e daqui para o “mundo”) do que nos seus países. E o que é lícito concluir-se, observando a curva média da linha de recepção (leitores, críticos e estudiosos) é que quanto mais distante é o contexto de recepção em relação ao lugar de gestação textual, maior é, por vezes, o sucesso do escritor, por via de mediações do «centro» que, em rigor, continua a funcionar como “centro metropolitano” e a quem convém a

rarefacção do real histórico explica por isso Ella Shohat por que os “conservadores” tanto gostam da “pastoral” expressão “pós-colonial” (1996: 321)...

São também, por outro lado, tais disposições criativamente sectárias da recepção que começam a levar uma certa crítica a prestar atenção ao diálogo intrassistêmico, para engendrar reflexões sempre em tensão dialética com o contexto. Entretanto, a história e os percursos históricos vão-se tornando explícitos como fator interior e explicativo do presente, e vão redefinindo o recorte do perfil das identidades literárias africanas, através dos fragmentos das múltiplas e variegadas vivências e experiências de atores, destinadores e destinatários, sejam eles coletivos ou institucionais. Porém, tal como a escrita literária, não creio ser produtivo para qualquer sistema literário a crítica laborar sob um qualquer esquema normativo, embora os sujeitos da crítica não devam descurar os sinais que vêm da comunidade receptora. Creio ser por causa esta ausência que surge a crítica de Luís Kandjimbo num texto de recensão **Literatura Angola- Silêncios e Falas de uma Voz Inquieta** (2001), da autora destas linhas, quando afirma que a História a que ela se refere no estudo do cruzamento entre a Ficção e a História na literatura angolana (nas obras de Pepetela, Boaventura Cardoso, Henrique Abranches, Manuel Pedro Pacavira e José Eduardo Agualusa) “parece ser uma História qualquer, uma História não datada e sem referências” (Kandjimbo, 2003: 27). Esta consideração de Luís Kandjimbo parece satisfazer a idéia do americano Russel Hamilton, convocada por Kandjimbo num outro texto seu e que, no entanto, me parece temerária. Cito Hamilton por via de Kandjimbo:

*Numa conversa tida com um dos especialistas americanos das literaturas africanas de língua portuguesa, o professor Russel Hamilton, para espanto dos amantes da “regra de Homero”, considerava que para a definição do que é literatura angolana a opinião autorizada é dos angolanos. (Kandjimbo, 1997: 25)*

Não é fácil discordar desta afirmação. Porém, ela parece-me temerária porque se fala de “definição” e de “opinião” (ainda que autorizada, termo ambivalente): temerária pois, acreditando que a comunidade receptora é uma instância fundamental para a “atestação” da nacionalidade literária, creio que é de admitir a existência de escritores que vão na contramão da maioria (sociologicamente falando, pensando com Albert Memmi) da sua comunidade. O que parece cada vez mais possível em África, observando a número de leitores e o seu grupo sociocultural, aquele, afinal, que possui o poder de compra de livros, ultimamente objeto de luxo. O que acontece é que cada vez mais esse grupo (ou será classe?) se encontra afastado dos desígnios da maioria e mais próxima dos interesses dos agentes do “poder global”, aqueles que fazem apologia de um estatuto de que

só eles pode usufruir a inexistência de fronteiras identitárias, culturais, geográficas tornando-se, assim, agentes do imperialismo cultural, pois essa inexistência tem significado a rasura de formas identitárias dos “pós-coloniais” (Ella Shohat).

Não creio que caiba, portanto, ao crítico “determinar” a história por que os textos literários se tecem. E porque “crítica não ensina a fazer obras de arte, ensina a compreendê-las”, como nos ensina o brasileiro Raul Pompeia (1959: 24), ainda no século XIX, caberá, isso sim, ao crítico, duplo dos historiadores da literatura, rastrear o percurso das diversas identidades representadas nas suas espácio-temporalidades (cultural, social, étnica); julgo que lhe cabe interpretar, por exemplo, os meandros por que a literatura do pós-independência e principal a narrativa tem vindo a desestabilizar os lugares cativos da identidade erigida a nacional, apelando para a “consciência subjetiva”, individual e até segmental e perseguindo, para tentar fixar, as diversas memórias históricas através de figurações fragmentárias disseminadas nos textos. A literatura angolana, por exemplo, tem conseguido conciliar a consciência coletiva (entenda-se: que se pretende como nacional, ainda em construção), com a subjetiva e geracional, étnica e de classe: tais têm sido os casos de escritores como Pepetela, Boaventura Cardoso, Henrique Abranches, Manuel Rui e ainda o veterano Arnaldo Santos (que se estreou no romance em 1999 com **A Casa Velha das Margens**), não esquecendo os mais novos, Cikakata Mbalundu, Sousa Jamba, Alberto de Oliveira Pinto, Roderick Nehone ou Ismael Mateus (com o seu **Tempos do Ya Kala Ya**) no que se refere ao olhar sobre a história, para a interpretar à luz das questões que hoje o presente levanta. É que afirmando a diferença do olhar sobre a história e sobre o passado, a partir do lugar cultural de onde se olham estas instâncias (lembre-se a ironia do narrador de **A Gloriosa Família**), as novas narrativas desvelam também identidades diferentes e historicidades específicas que se podem dispersar por outras espácio-temporalidades que não faziam parte da nação, por *entrelugares* que mais não são do que identidades segmentais, grupais, conformadas a partir de memórias imaginadas. Pois as memórias do passado, sabemo-lo todos, são imagens construídas, e não reflexo do acontecido e, no caso de imagens evocadas, na maior parte das recorrências ao passado, como as do passado histórico por que se pretende interpretar o presente, a ideologia é o *pivot* desse processo, que muitas vezes até se constrói também de imagens perceptivas, próprias de emoções. Em rigor, neste caso importa-me, enquanto crítica dessa relação entre Ficção e História, tornar visível o confronto de memórias sobre o passado que dinamizam o sistema literário como resultado imagético de um processo de reconstituição e de reinvenção, com uma intenção finalística. Penso que o crítico tem de estar consciente desse processo para não trair, como leitor, o protocolo de ficcionalidade, fundamental para a condição literária e para, de facto, ensinar a compreender a literatura numa sociedade em que a sua dimensão gnoseológica está exponenciada por fatores de várias ordens.

Estou, pois, convencida de que, no contexto da crítica da literatura africana, o crítico talvez se sinta mais seduzido para o trabalho de ênfase a territórios da literariedade que constituem a especificidade do literário angolano chamemos-lhe angolanidade literária - numa tentativa de equilíbrio entre a função estética e a sociocultural da literatura. E se, como lembra Cornejo Polar, a crítica tem também um postulado ético, pois seu exercício é inseparável das opções ideológicas de quem a realiza (2000: 17), penso que, tal como o escritor, o crítico é também partícipe de uma memória do sistema literário, parte do cultural, na medida em que ele, o crítico, acaba por iluminar os sinais de uma identidade que se quer inscrita na agenda da literatura nas suas segmentais identidades civilizacionais.

## BIBLIOGRAFIA

- AHMAD, Aijaz, *Linhagens do Presente*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.
- ASSIS, Machado (de), *O instinto de nacionalidade* (1873). *Crítica Literária*, Rio de Janeiro/Porto Alegre, Ed. Jackson, 1955.
- COETZEE, J. M., "Speaking: J. M. Coetzee". *Interview with Stephen Watson*. 1.3. (1978)]. apud Watson, Stephen. "Colonialism an the Novels of J. M. Coetzee" *Research in African Literatures*, Bloomington, IN. 1986 Fall, 17:3, 370-392.
- DADIÉ, Bernard Bilin, *O escritor é um intérprete do seu povo*. Entrevista a Francisco Noa. *Revista Proler Literatura, Saber e Lazer*, n.º 5, Setembro/Outubro de 2002.
- KANDJIMBO, Luís, *Apologia de Kalitangi* (Ensaio), Luanda, INALD, 1997.
- KANDJIMBO, Luís, *[Literatura Angolana] Silêncios e Falas de uma Voz Inquieta ou a tematização da história no plano da crítica*, *Cultura. Angolense*: 23 de Fevereiro a 2 de Março de 2002.
- MARGARIDO, Alfredo, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- NKOSI, Lewis, "The African Critic as a Creator of Values" . AAVV. *La Critique Africaine et son Peuple comme Producteur de Civilisation*. COLLOQUE DE YOUNDÉ, 16-20 avril, 1973. Paris, Présence Africaine, 1977.
- POLAR, António Cornejo, *O Condor Voa: Literatura e Cultura na América Latina*. Organização de Mário Valdés. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000.
- POMPEIA, Raul. *Apud Boletim: Casa dos Estudantes do Império* (Lisboa), Ano II, n.º 8 Fevereiro de 1959.
- REIS, Carlos, *O Conhecimento da Literatura: Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Livaria Almedina, 1995.
- SERPOS, Noureini Tidjani, *Aspects de la Critique Africaine*, Paris, Éditions, 1978.
- SHOHAT, Ella, «Notes on the 'Post-Colonial'». Padmini Mongia (Ed.), *Contemporary Postcolonial Theory a Reader*, London-New York, Arnold, 1996.

---

THIONG'O, Ngugiwa, *Writers in Politics: a Re-engagement with Issues of Literature & Society*, Oxford, James Currey/ Nairobi, AEEP/Portsmouth NH), Heinemann, Revised & Enlarged Edition, 1997.